

ATENÇÃO!

GOVERNO PS CONFEDERAÇÕES PATRONAIS UGT

Combinaram prosseguir o ataque aos direitos e à estabilidade dos trabalhadores!

O Governo minoritário do PS, as Confederações Patronais e a UGT combinaram, com o já explícito apoio do PSD e do Presidente da República o prosseguimento do ataque aos direitos dos trabalhadores e à sua estabilidade social e laboral.

O acordo, subscrito no âmbito da Concertação Social, representa a satisfação das principais exigências do grande patronato relativas à legislação laboral, na sequência das alterações ao Código do Trabalho de 2008 e de 2013.

Do que se trata é de manter e mesmo reforçar os instrumentos para o aumento da exploração e a liquidação de direitos dos trabalhadores, com o incentivo à precariedade, à desregulação dos horários de trabalho e à caducidade da contratação colectiva, a que se somam novos benefícios contributivos para o capital!



**Dia 6 de Julho
a Assembleia da República
vai discutir**

Na sequência desse acordo, o Governo enviou para a Assembleia da República um conjunto de propostas que estão neste momento em discussão pública.

Agora se verá quem está do lado dos trabalhadores e quem se posiciona em favor do grande capital. O PS, se aprovar tais propostas, com o apoio do PSD e do CDS, assumirá mais uma vez a sua opção de classe ao serviço do grande capital!

**O que está em causa:
Precariedade,
Desregulação dos Horários,
Agravamento
da Exploração!**

Com o acordo firmado, o Governo, o patronato e a UGT pretendem:

- **Manter** a caducidade da contratação colectiva;
- **Não garantir** o princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores;
- **Estabelecer** para todos os sectores um nível aceitável de precariedade (tendo em conta a situação actual que é tudo menos aceitável) e **legitimar** a precariedade até esse nível. Acima dele, legitimar a precariedade desde que as empresas paguem uma pequena quantia na TSU;
- **Aumentar** o período experimental para 180 dias (seis meses!), para os trabalhadores à procura do 1º emprego e para os desempregados de longa duração;
- **Alargar** a todos os sectores os contratos de muito curta duração, ampliando a sua duração até 35 dias, podendo chegar aos 70 dias por ano, sem necessidade de contrato escrito;
- **Criar** uma nova forma de bancos de horas, prosseguindo a praga da desregulação dos horários, admitindo que os trabalhadores trabalhem 10 horas por dia e até 50 horas por semana!



O PCP assume a defesa dos trabalhadores!

Aproveitando o debate sobre matérias laborais, na sequência da apresentação de propostas sobre as 35 horas semanais para todos os trabalhadores, de regulação dos horários de trabalho, de revogação da caducidade da contratação colectiva, da reposição do tratamento mais favorável ao trabalhador, de reposição do valor do pagamento do trabalho extraordinário e de diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, entre outras chumbadas pelo PS, PSD e CDS, **o PCP apresenta agora um conjunto de iniciativas relacionadas com o combate à precariedade e à reposição de direitos dos trabalhadores:**

- Definição do direito de todos os trabalhadores a 25 dias de férias;
- Reposição do regime de férias na Administração Pública, designadamente o direito a 25 dias e a majorações tendo em conta a idade;
- Reposição das regras de cálculo das indemnizações por despedimento;
- Revogação das normas específicas que discriminam os trabalhadores à procura do primeiro emprego e os desempregados de longa duração;
- Revogação dos despedimentos por inadaptação e reforço dos direitos dos trabalhadores nos despedimentos colectivos e por extinção do posto de trabalho;
- Limitação da utilização do regime do trabalho temporário, reforçando os direitos dos trabalhadores.

Luta! Adere e reforça o PCP

Como a vida vem mostrando, cada avanço na defesa reposição e conquista de direitos é indissociável da luta dos trabalhadores e do povo, de que a manifestação nacional de 9 de junho, convocada pela CGTP-IN, foi um forte exemplo, e da acção determinada do PCP.

O PCP manifesta a sua firme convicção de que a unidade, organização e luta dos trabalhadores, decisiva para a defesa dos seus direitos, acabará por impor a eliminação das normas gravosas da legislação laboral.

**O que se coloca é, pois, prosseguir e reforçar a luta, e reforçar o PCP!
O PCP é o teu Partido! Dá mais força ao PCP!**



**São os trabalhadores
que produzem a riqueza!
É necessário
distribuí-la com justiça!**

Com estas iniciativas legislativas, o PCP cumpre, uma vez mais, o compromisso com os trabalhadores e com o povo de apresentar propostas concretas e alternativas, de apresentar soluções, para valorizar o trabalho e os trabalhadores, assumindo que a consagração, reconhecimento e reforço dos seus direitos, é uma componente essencial de uma política de progresso e justiça social – uma política patriótica e de esquerda.



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou contactar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo.

NOME _____
MORADA _____
CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

pcp.pt
DEP/PCP Julho 2018

